CDU 911.372 (469.111.19) "07/10"

A PAISAGEM HUMANA ENTRE O ÂNCORA E O NEIVA NOS SÉCULOS VIII A XI: UMA ABORDAGEM À LUZ DOS DADOS ARQUEOLÓGICOS

Por CLÁUDIO LARANJEIRA BROCHADO[1]

Introdução

Estudar a problemática do povoamento durante os séculos VIII e XI é mergulhar num incómodo contra-senso. Conhecem-se uma boa quantidade de vestígios arqueológicos e arquitectónicos remissíveis àquele período, mas porque foram achados avulsamente e coleccionados em museus, encontram-se hoje bem distantes do seu contexto original. Por outro lado, existe um importante repertório documental coevo daquele período, com especial incidência a partir dos finais do século IX, já amplamente analisados pela historiografia e motivadores de problemáticas e polémicas ainda mal resolvidas, mas que unanimemente nos falam de uma época de mudança, de intensa actividade e labor e até de alguma opulência como foi o período pré-nacional.

Mas se o manancial documental e de evidências de povoamento apresenta algum porte, também são importantes as dificuldades que se impõem à investigação histórica quando se tenta a reconstrução das características do habitat e da sua evolução durante esta época,

1 Mestre em Arqueologia.

mercê do mutismo contextual de alguns desses dados e da entropia verificada na impossibilidade de maior precisão cronológica desses dados.

Tentar discorrer sobre a paisagem humana durante aquele período entre os dois rios que balizam os limites setentrionais e meridionais do concelhio de Viana do Castelo, respectivamente Âncora e Neiva, não será aliás, uma novidade, já que se poderão aplicar a este território os modelos de povoamento antigo já propostos para esta e outras latitudes, quer no plano nacional, quer no plano ibérico[1]. No entanto, no seguimento de algumas reflexões que temos vindo a desenvolver sobre esta problemática para o concelho de Viana do Castelo[2], parece-nos interessante fazer o ponto da situação relativamente aos vestígios daquela época identificados na área do concelho, bem como o ajustamento de alguns aspectos relacionados com as dinâmicas do povoamento durante esse período neste quadrante do território[3].

Divide-se este trabalho em duas partes. Num primeiro plano introduz-se o conjunto de vestígios arqueológicos, relacionados directa ou indirectamente com o povoamento entre os séculos VIII e XI para a área concelhia de Viana do Castelo. Convém referir que não privilegiamos o seu arrolamento por hierarquia cronológica, porque é difícil (e perniciosa) a sua leitura numa compartimentação balizada em datações recolhidas a maioria das vezes de forma indirecta. Como à frente se explicará, apesar de se perceber com segurança o enqua-dramento desses vestígios no período que medeia entre os séculos VIII e XI, não está ainda clarificada a precisão cronológica da maioria deles.

---

1 **LOPEZ QUIROGA, Jorge,** *El Final de la Antigüedad en la «Gallaecia»: la Transformación de las Estructuras de Poblamiento entre Miño y Duero (Siglos V al X)*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2004, NOVO GÜISÁN, José Miguel, *Los Pueblos Vasco-Cantábricos y Galaicos en la Antigüedad Tardía – Siglos III-IX*, Alcalá de Henares, 1992

2 BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento Tardo-Romano e Altimedieval na Bacia Terminal do Rio Lima (Séculos IV-XI)*", (Policopiado), FLUP, Porto, 2004

3 Aproveitamos o ensejo para agradecer aos *Cadernos Vianenses*, na pessoa do seu coordenador, Dr. Alberto Antunes de Abreu, a oportunidade de publicação destes resultados.

Num segundo momento, efectuar-se-á um ensaio de sistematização dos testemunhos e uma proposta de compartimentação cronológica e funcional dos mesmos, para uma possível reconstituição da paisagem altimedieval desta região.

Os dados disponíveis

Em 711, uma força árabe cifrada em pouco mais de sete mil guerreiros sob as ordens de Tarik Ibn Zyad, ingressou no sul da Península Ibérica e enfrentou, nas margens do Guadalete, um mal preparado exército visigodo, comandado por Rodrigo e constituído pela sua melhor aristocracia[1]. O recontro resultou num desastre para os visigodos e na forçosa capitulação dos principais centros urbanos da Península, cujos habitantes pouco ou nada puderam fazer para travar o avanço das hostes árabes que, por 714, dominavam as latitudes de Barcelona e Lugo[2]. De fora ficavam as Astúrias, onde se refugiou uma pequena comunidade de resistentes.

O território ocidental situado a norte do Tejo até ao Douro foi entretanto ocupado obedecendo a uma estratégia de dominação assente na rendição dos caudilhos locais, permanecendo os cristãos na posse dos seus bens e terras e com liberdade de culto, havendo lugar ao pagamento de um tributo[3], facto explicável pela tolerância religiosa do invasor e pela carência de recursos humanos suficientes para uma ocupação militar efectiva da ampla área conquistada.

A situação a norte do Douro seria, contudo, bem mais problemática. De pendor mais acentuado e de difícil progressão, pela sucessão de obstáculos geográficos como a altitude e os rios de médio e grande caudal, este território oferecia ao invasor a oposição dos povos tradicionalmente avessos à ocupação[4], redundando numa ineficiente

1 GARCÍA MORENO, Luis A., *História de España Visigoda*, Cátedra, Madrid, 1998, p.189
2 GARCÍA MORENO, Luis A., *Op. Cit.*, p.190
3 COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, Vol. I, Ed. Caminho, Lisboa, 1989, p. 58
4 HERMENEGILDO, Fernando, "Fronteiras e Reconquista", *Portugal Islâmico: Os Últimos Dias do Mediterrâneo*, Lisboa, 1998, p. 271

dominação efectiva, mais explicada pela quebra do andamento das forças árabes do que pela qualidade da resistência encontrada.

Após uns primeiros anos de dominação árabe sem grandes acidentes, registaram-se as primeiras campanhas de retaliação por parte da comunidade asturiana, principalmente durante o reinado de Afonso I das Astúrias (739-757). Segundo os cronistas da época, ao tempo em que se constituía em Córdova o califado Omíada, governado por Abd Ar-Rahman Ben Umaia, o labor bélico dos visigodos asturianos resultava na tomada e destruição das praças de Lugo, Tui, Portucale, Braga, Viseu, Chaves, Salamanca, Zamora, Astorga e León, bem como outras localidades menores das bacias do Minho e Douro, com grande prejuízo para as vidas dos árabes que lá residiam e a sequente deslocação dos cristãos para as Astúrias[1].

O território entre Minho e Douro ficaria, assim, esvaziado dos seus centros de decisão administrativos e religiosos, bem como da maior parte dos seus habitantes, refugiados agora nas montanhas setentrionais da Península Ibérica. Mas tal facto não resultou num território esvaziado de gentes, como durante muito tempo quiseram fazer crer os defensores da corrente historiográfica do *ermamento*[2].

1 "*Simul cum fratre suo Froilane multa adversus Sarracenos praelia gessit, atque plurimas civitates ab eis olim opressas cepit. Id est, Lucum, Tudem, Portucalem, Bracaram, Viseo, Flavias, Agatam, Letesman, Salmanticam, Zamoram, Abelam, Secobiam, Astoricam, Legionem, Saldaniam, Mabe, Amaiam, Septemancam, Aucam, Velegia, Alabense, Mirandam, Revendecam, Carbonariam, Abeica, Brunes, Cinisara, Alesanco, Oxoma, Clunia Argantia, Septempublica, ex cunctis castris cum villis et viculis suis. Omnes quoque árabes occupatores supradictarum civitatum interficiens, christianos secum ad patriam duxit*". *Crónica de D. Afonso III*, versão *Ovetense*, Cf. NOVO GÜISÁN, José Miguel, *Los Pueblos Vasco-Cantábricos y Galaicos...*", *Op. Cit.*, p. 146

2 Não será este o melhor espaço para o desenvolvimento de uma síntese da problemática do *ermamento*, mas apontamos alguns títulos para um conhecimento mais balizado dos diferentes argumentos que sustentaram esta polémica, quer os favoráveis, quer os de refutação. Entre os primeiros destacamos HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal*; SOARES, Torquato de Sousa, *Reflexões Sobre a Origem e Formação de Portugal*, Coimbra, FLUC, 1962; SÁNCHEZ ALBORNOZ, C., *Despoblación y Repoblación en el Valle del Duero*, Buenos Aires, 1966. Entre os refutantes: SAMPAIO, Alberto, "As Villas do Norte de Portugal", *Portvgalia*, Porto,Tomo I, Fasc. I-IV, 1899-1903; DAVID, Pierre, *Études Historiques Sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe Siècle*, Institut Français au Portugal, Lisboa/ Paris, 1947; COSTA, Avelino Jesus da, "O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga - I", Separata de *Biblos*, XXXIII, Coimbra, FLUC, 1959; FERNANDES, A. de Almeida, "As Paróquias Suevas e as Dioceses Visigóticas", *Arquivo do Alto Minho*, 15 (2), (5º da 2ª Série), Viana do Castelo, 1967, p. 97-144; ALMEIDA, Carlos Alberto

No dealbar do século VIII, a paisagem humana na região entre Âncora e Neiva, onde se enquadra o território do actual concelho de Viana do Castelo, não diferia muito da que se conhecia no Baixo Império Romano, obedecendo a uma lógica de exploração das grandes manchas agricultáveis de baixa e média altitude, segundo a estratégia de assentamento orientada em torno da propriedade extensa, reminiscência das antigas *villae*, dominando áreas extensas e limitadas pelas vertentes dos vales, à semelhança do que se verificava na restante área do noroeste peninsular[1]. Esta aparente continuidade fundiária estava, contudo, entrecortada pela dispersão de alguns casais satélites, ou até independentes, pequenas parcelas agrícolas exploradas por famílias de rendeiros ou de pequenos proprietários, cuja dimensão não permitia uma economia mais capaz que do limiar da sobrevivência.

Se por um lado as *villae* (ou granjas) visigóticas tinham capacidade e recursos económicos suficientes para poderem promover alguma ostentação patente em alguns vestígios que persistiram até aos nossos dias, como os restos de construções associadas a quantidades interessantes de cerâmica de construção e de uso doméstico, ou até elementos mais mundanos como é o caso da joalharia, o contraste com a pobreza dos casais desta época era de tal forma acentuado que a sua actual identificação não é possível através da mera constatação macroscópica dos testemunhos arquitectónicos ou do quotidiano, como no caso das *villae*. A identificação dos casais de cronologia visigótica faz-se muitas vezes pela recolha de algumas cerâmicas dispersas por terrenos onde se associam topónimos germânicos antigos.

1 BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento..., Op. Cit.*, p. 65-67

No vale de Geraz do Lima acha-se a freguesia de Santa Maria. Na sua igreja paroquial foram realizadas obras de beneficiação no final da década de oitenta do século XX, tendo-se identificado um notável conjunto de elementos que motivaram a realização de uma intervenção arqueológica no local, na qual se evidenciaram testemunhos pré-românicos[1], os restos de uma necrópole com possível ascendência visigótica e um conjunto de cerâmicas da mesma época[2].

Esta necrópole estaria relacionada muito certamente com uma grande propriedade que dominaria todo o alvéolo de Geraz, com o centro não muito distante da actual localização da igreja paroquial de Santa Maria de Geraz, mas cujas estruturas permanecem fora do nosso conhecimento. Não obstante, importa estabelecer a relação entre este assentamento e os dois sítios que documentámos nas imediações, ambos em Santa Leocádia de Geraz do Lima, respectivamente Perpescoço e Baltar, local de topónimo germânico antigo de raiz em *Balths*[3]onde se recolheram cerâmicas de fábrica visigótica[4]. Verifica-se, portanto, a presença de casais na orla dos grandes assentamentos, à semelhança do que ocorre no vizinho vale da Facha (conc. de Ponte de Lima), no caso da *villa* do Paço Velho e o casal satélite de Gondim[5].

No restante território concelhio pode-se perceber a existência de mais assentamentos de cronologia visigótica que teriam chegado ao século VIII.

---

1 BARROCA, Mário Jorge, "Contribuição para o Estudo dos Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-E-Minho, 1. Ajimezes, Gelosias e Modilhões de Rolos", Separata de *Actas do Congresso Internacional IX Centenário de Dedicação da Sé de Braga*, vol. I, Braga, 1990, p. 105

2 ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *Povoamento Romano no Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho - Inventário Arqueológico do Concelho de Viana do Castelo*, (Policopiado), F.L.U.P., Porto, 1996, p. 143; BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento...Op. Cit.*, p. 65 e 156-157

3 FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Cadernos Vianenses*, vol. V, Viana do Castelo, 1981, p. 145.

4 ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *Povoamento Romano...Op. Cit.*, p. 143; BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento...Op. Cit.*, p. 156 e 159

5 BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento...Op. Cit.*, p. 99

Em Alvarães, por exemplo, localidade com topónimo germânico antigo (de *Alvarus, Alvaranis*)[1], encontraram-se os vestígios de uma necrópole de tipologia visigótica no sítio das Agueiras, podendo relacionar-se com uma ocupação documentada no lugar do Outeiro[2]. Da mesma forma, concorrem os vestígios da necrópole de época visigótica na Quinta da Torre, em Vila Mou, posta a descoberto pelas terraplenagens da construção da linha de caminho de ferro, associando-se a alguns elementos arquitectónicos importantes[3], relacionados com a área mineira do Vale do Rio Tinto.

Na linha mais próxima do oceano, é bem possível que a *villa* que a Arqueologia documenta nas imediações da igreja da Areosa[4], o provável *pagus* de Ovinia[5], tenha persistido até ao século VIII, ainda que não haja mais elementos probatórios.

A este quadro do povoamento visigótico neste quadrante da Bacia do Lima, composto, como se viu, por um conjunto de propriedades bem dimensionadas, mas com maior expressão territorial do que capacidade demográfica[6], de existência assinalada tantas vezes de forma indirecta pela presença de necrópoles, por traduzirem a presença da *comunidades dos vivos*, deveremos adir a hipótese da persistência do povoamento nos antigos povoados castrejos, funcionando como pequenas aldeias, mais direccionados à actividade pastoril, ainda que não tenhamos ao nosso dispor provas cabais.

---

1 FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Op. Cit*, V, p. 148.

2 CEPA, Manuel Martins, *Monografia de S. Miguel de Alvarães*, Braga, 1939, p. 19-20; ALMEIDA, Carlos A. Brochado, *Povoamento Romano...Op. Cit.*, p. 32-33

3 ARAÚJO, José Rosa, "Sobre Algumas «Pedras» de Vila Mou", *Bracara Augusta*, 11-12 (1-4) (43-46), Braga, 1960-1961, p. 85-91; MOREIRA, Manuel António, "A Fundação do Mosteiro Visigótico de Santa Maria de Vila Mou e a Reorganização da Terra Vinha (séc. IX)", *Caminiana*, 11, Caminha, 1985, p. 83; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *Povoamento Romano...Op. Cit.*, p. 161; BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento...Op. Cit.*, p. 65

4 ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *Povoamento Romano... Op. Cit.*, p. 50-51; BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento...Op. Cit.*, p. 115-116

5 FERNANDES, A. de Almeida, "As Paróquias Suevas e as Dioceses Visigóticas", *Arquivo do Alto Minho*, 15 (1), (5º da 2ª Série), Viana do Castelo, 1967, p. 50

6 BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento... Op. Cit.*, p. 103

A chegada dos árabes introduziu na Península, porém, um novo clima de instabilidades, a que este território não foi alheio. E se dúvidas houvesse em relação aos assentamentos nos antigos castros antes da invasão berbere, o primeiro impacto da insegurança e das movimentações do novel invasor reflectiu-se precisamente na reocupação dos antigos povoados castrejos, servindo de refúgio às comunidades indígenas.

Perante a nova realidade, é difícil perceber, pela escassez de elementos, qual o impacto da dominação árabe nesta área. É possível que numa primeira fase se tenha garantido a sobrevivência das grandes propriedades, partindo do princípio que o expediente da dominação árabe mediante o pagamento de tributos tivesse sido praticado. A partir dos meados do século VIII as formas de assentamento ter-se-iam degradado, uma vez que as represálias cristãs de 750-756, a fazer fé nos biógrafos de Afonso III, desarticularam os centros administrativos sitos nas principais localidades e removeram parte dos habitantes para as Astúrias, o que teria reduzido as grandes propriedades à sua mínima expressão, uma vez que entre os migrantes se contavam as famílias magnates visigodas.

O êxodo dos cristãos para a cordilheira asturiana não teria sido global, uma vez que muitos permaneceram nos territórios do Noroeste entre os rios Minho e Douro. Esta ilação retira-se de um conjunto de indicadores, não exclusivamente documentais, mas também arqueológicos e toponímicos, que demonstram a continuidade do povoamento por estas latitudes entre os meados do século VIII e meados do século IX.

Uma das motivações para a permanência das populações neste quadrante do território relaciona-se com a existência na região de locais de culto aos mártires e santos, correspondentes ao primeiro Cristianismo e à evangelização do tempo de Martinho Dumiense, como S. Pedro, S. Lourenço, Santo Estêvão, Santa Eulália e S. Martinho

de Tours[1], ou daqueles cujo culto foi introduzido ou obteve maior difusão durante a unificação visigoda, registada em finais do século VI, como Santa Maria, S. João, S. Miguel, S. Romão, Santa Leocádia e Santa Justa[2].

Seria sobranceiro antecipar uma relação entre os oragos das paróquias actuais e o eventual culto visigótico no mesmo local ao mesmo patrono durante os séculos VII e VIII, como Pierre David defendia ao rebater o *ermamento*[3], mas não podemos deixar de avaliar aqui o exemplo de Alvarães, localidade de nomenclatura germânica e apresentante de vestígios arqueológicos visigóticos, como acima se referiu, que tem como orago S. Miguel, de culto introduzido na Península Ibérica durante o século VI-VII[4]. É bem possível que uma série de comunidades monásticas visigodas, fundadas no século VII no ímpeto e no exemplo ascético do bispo S. Frutuoso, tenham optado pela manutenção desses lugares, obstando-se ao refúgio nas Astúrias. Da mesma forma, seria bastante plausível que alguns habitantes tenham procurado refúgio e assistência espiritual junto dos pequenos cenóbios, organizando o seu quotidiano no entorno destes.

As comunidades remanescentes encontravam-se, agora, entregues a si próprias, distantes que estavam do escudo diplomático e do apoio militar por parte dos asturianos, achando-se ao mesmo tempo marginais ao domínio efectivo dos árabes, pouco interessados em estender a sua influência aos territórios setentrionais.

Nesse plano encontravam-se até numa situação de maior perigo, visto situarem-se a meia distância entre o constante assédio quer dos árabes, vindos do sul, quer dos cristãos, vindos no norte, cada vez mais dissociados deste território e olhando-o sempre como área afecta aos muçulmanos. E esse distanciamento granjeou-lhes, até, um certo

1 GARCIA RODRIGUES, *Carmén, El Culto de los Sanctos en la España Romana y Visigoda*, Madrid, 1966, p. 151, 163, 176 e 284
2 *Idem*, p. 142, 214, 231 e 246
3 ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *História da Arte em Portugal. Arte da Alta Idade Média*, Alfa, vol. 2, 1986, p. 98
4 GARCIA RODRIGUES, Carmén, *El Culto de los Sanctos..., Op. Cit.*, p. 135

tipo de independência que seria utilizada em alianças temporárias com ambas as facções[1]. Estes povos que mantinham a sua fé cristã mesmo sob o domínio árabe eram denominados *moçárabes*[2]. Mas dentro dessas comunidades poderemos ainda distinguir aqueles cristãos que acabaram por abraçar a fé islâmica, os *muwalladun*[3]. O topónimo etnonímico Moldes, que ocorre em Castelo de Neiva, será a derivação medieval de *muwalladi* (*muladis- molites*)[4] testemunhará a presença de um grupo de *muladis*.

A influência árabe, ou pelo menos moçárabe, fez-se sentir com alguma intensidade nesta região ao nível da toponímia. Existe mesmo uma interessante concentração de topónimos de origem árabe na margem esquerda do Lima que testemunham a presença dessas comunidades.

Assim, na área composta pelas actuais freguesias de Mazarefes, Darque e Chafé, cujos nomes têm origem, segundo Almeida Fernandes, no léxico árabe[5], podemos encontrar *Çafrões*, *Mafomate* e *Arco* (Darque), todos de origem arábica[6], registando-se da mesma forma o demonímico *Mouros(as)* nas freguesias de Alvarães, Lanheses, Mazarefes e Deocriste[7], podendo expressar a presença de grupos de árabes ou senão traduzir uma comunidade moçárabe bem mais expressiva e concomitante com o exemplo já aludido de Moldes (Castelo de Neiva).

A toponímia desempenha aqui, como se percebe, um papel importante para a percepção da existência do povoamento, quando os dados arqueológicos vão faltando.

---

1 MATTOSO, José, "Os Moçárabes", *Revista Lusitana* (Nova Série), 6, Lisboa, 1985, p. 19; REAL, Manuel, "Os Moçárabes do Gharb Português", *Portugal Islâmico: Os Últimos Dias do Mediterrâneo*, Lisboa, 1998, p. 36

2 ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *História da Arte...Op. Cit.*, p. 104

3 HERMENEGILDO, Fernando, "Fronteiras e Reconquista...", *Op. Cit.*, p. 271

4 Através de *Moldes-Mollites-Muwalladi*. MATTOSO, José, "Os Moçárabes..." *Op. Cit.*, p. 9. Almeida Fernandes define os Mollites como populações árabes posteriormente convertidas ao Cristianismo. FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Op. Cit.*, V, p. 204

5 FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Op. Cit.*,VI, p. 294 e 323

6 *Idem*, p. 294-295

7 FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Op. Cit.*, vol. V, p. 204-205

O isolamento acima reportado das comunidades habitantes deste território, teria sido a principal motivação para o desenvolvimento de um processo que a historiografia denominou de *incastellamento*[1]. Compreende-se o *incastellamento* pelo processo de fortificação levado a cabo pelas comunidades independentes dos territórios do noroeste peninsular e das áreas limítrofes à dominação árabe, tendo em vista a constituição de refúgios para pessoas, gados e demais haveres, perante as frequentes investidas de árabes e asturianos, às quais devemos adir os ataques da pirataria normanda que começou a assolar o litoral atlântico a partir do século IX[2]. Eram os precursores dos castelos.

Aqueles redutos foram estabelecidos nos locais da vizinhança das populações, sobranceiros a estas, nas penedias dos cumes dos montes de mais difícil acesso, para assim se obstar às investidas inimigas, muitas vezes reocupando as antigas posições edificadas durante a Idade do Ferro[3], dotadas das vetustas obras militares defensivas facilmente recuperáveis, como fossos e muralhas, podendo estas servir como redis para os gados[4].

Estes refúgios, também nomeados *castelos roqueiros*, pelo aparente porte arquitectónico proporcionado pelos maciços rochosos onde se implantavam as fortificações, cumpriam também uma função de vigilância e sinalização em caso de ataques, crucial para a sobrevivência destas comunidades, que desta forma antecipava as movimentações hostis e granjeava tempo para se acautelarem vidas e bens, sendo frequente ocorrerem neste locais os topónimos de *torre*, *faro*, *atalaia*,

1 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-E-Minho – Desde os inícios até 1220*, (Policopiado), Porto, FLUP, 1978, p. 24-25

2 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "O Documento n.º 13...", *Op. Cit.*, p. 11; AZEVEDO, Rui Pinto de, "A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997 e a de Piratas Normandos à Galiza em 1015-16", Separata de *Revista Portuguesa de História*, 14, FLUC, Coimbra, 1973, p. 73-93

3 BARROCA, Mário Jorge, "Do Castelo de Reconquista ao Castelo Românico (Século IX a XII)", *Portugalia*, Nova Série, Vol. XI-XII, Porto, IAFLUP, 1990-1991, p. 91

4 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Castelologia Medieval... Op. Cit.*, p. 53

vigia e *guarita*[1]. Encontrar sinais dessas fortificações significa, forçosamente, encontrar os vestígios de uma comunidade que temia pela sua sobrevivência, por isso servem-nos como testemunhos indirectos da ocupação do território e no concelho de Viana do Castelo conhecem-se vários exemplares.

No Alto do Galeão (Anha/Darque), um monte sobranceiro à Foz do Lima e defronte da Cidade Velha de Santa Luzia, existiu um povoado castrejo com posterior ocupação visigótica[2], certamente responsável pela atribuição do antropotopónimo germânico *Walia*[3] e mais tarde transformado em atalaia altimedieval. As qualidades estratégicas do local explicam as ocupações sucessivas, mas foi crucial para a defesa da comunidade que explorava as marinhas salineiras de Darque e Mazarefes[4], conforme o que se constata na leitura de alguns documentos do século X e século XI, onde aparece referido por diversas vezes como *monte arculum*[5].

Mais a sul, igualmente sobranceiro à foz de um rio, desta feita do Neiva, achava-se o Castro Mau, em Castelo de Neiva, implantado num esporão rochoso onde anteriormente se implantara um castro. No documento de fundação do mosteiro de S. Romão, datado de1078, surge como *mons Castro Malo*[6] e poderá apresentar uma estreita relação com aquele cenóbio, já documentado em 1022[7], servindo de protecção à população.

---

1 CHAVES, Luís, "Estudos de Toponímia Portuguesa - Influências Militares na Formação de Topónimos", *Revista de Guimarães*, Vol. LXII (1-2), Guimarães, 1952, p. 163-165 e 182. No Monte de S. Mamede, em Feitos/ Vila Cova/ Vilar do Monte (Conc. de Barcelos), onde conhece-se esta última designação para o amontoado de pedras onde funcionou uma atalaia medieval.

2 BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento... Op. Cit.*, p. 132

3 FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Op. Cit.*, vol. V, p. 169

4 SÃO PAYO, D. António Conde de, "Dois Documentos Anteriores à Nacionalidade. Os Coutos de Paradela e Mazarefes", *O Archeólogo Português*, XXVII, 1929, p. 150; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Castelologia Medieval... Op. Cit.*, p. 29.

5 COSTA, Avelino Jesus da, *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Vol. II, Braga 1978, docs. 288, 290 e 304

6 *Portugaliae Monumenta Historica - Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências, 1867, doc. 680; GUERRA, L. Figueiredo da, "Elementos Para a História do Concelho de Viana", *Archivo Viannense*, Viana do Castelo, 1891-1895, p. 23

7 MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, INCM, 1988, p. 613

Seguindo o curso do Neiva um pouco para montante, encontramos outro antigo castro, este de grandes dimensões[1], com posterior ocupação tardo-romana[2], reaproveitado mais tarde como refúgio altimedieval[3]. Trata-se do Monte da Carmona, meeiro entre Carvoeiro e Balugães (Conc. de Barcelos) referido na documentação medieval como *monte Carvonario*[4]. Estabeleceu-se na extremidade sul da Serra da Padela, no monte com tradições defensivas que domina grande parte do curso do Neiva e teria, à semelhança do verificado com Castro Mau, uma relação directa com as comunidades subsidiárias de um mosteiro, desta feita, o de Santa Maria de Carvoeiro, documentado desde o século XI[5], mas também pela proximidade do de S. Pedro de Capareiros[6].

Na extremidade norte da Serra da Padela, dividido entre as freguesias da Facha (Conc. de Ponte de Lima) e Santa Leocádia de Geraz do Lima, situa-se o cabeço íngreme onde se implantou o castelo de S. Miguel[7]. Começou por ser uma pequena atalaia roqueira, à volta da qual se guardariam gentes e gado, servindo os dois lados da encosta, quer da Facha, onde existiam duas grandes propriedades[8] à altura da invasão árabe, quer do lado de Geraz, onde existia o assentamento em Santa Maria. No alto vêem-se as ruínas de muralhas, sinais do desenvolvimento que granjeou por se ter tornado cabeça da Terra de Santo Estevão, "*sancti Michaelis de Laurdelo*", como o denomina

1 MACIEL, Tarcísio Daniel Pinheiro, *O Povoamento Proto-Histórico do Vale do Neiva*, (Policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1997, p. 115

2 ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, "Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho", *Barcelos Património*, 5 (1), Barcelos, 1997, p. 70

3 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Castelologia... Op. Cit.*, p. 33

4 "(...) *subtus monte Carvonario et Aguilar et ribulo Neviola*" COSTA, Avelino Jesus da, *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Vol. II, Braga 1978, doc. 547

5 MARQUES, José, *A Arquidiocese... Op. Cit.*, p. 613

6 MARQUES, José, *A Arquidiocese... Op. Cit.*, p. 616

7 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Castelologia Medieval... Op. Cit.*, p. 49 e 53; ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; BAPTISTA, António José, "Castros e Castelos de Ponte de Lima", *I Congresso Galaico Minhoto*, II Vol., Ponte de Lima, 1981, p. 306; BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento... Op. Cit.*, p. 132

8 Paço Velho e Prazil, na Facha. BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento... Op. Cit.*, p. 103

um documento datado de 1131[1] e cumpriu um papel importante no controlo do trânsito fluvial no Lima, por dispor de uma visibilidade desobstruída sobre o curso terminal deste curso, quer da via terrestre que ligava o Porto a Tui, cruzando o Lima na velha ponte romana de Ponte de Lima, um caminho primário na rota das invasões[2].

Na margem direita do Lima identificaram-se três atalaias roqueiras, com fortes probabilidades de se encontrarem relacionadas entre si. Na freguesia de Outeiro, no lado ocidental da Serra da Aguieira, desenvolve-se um monte alto cumeado por dois cabeços, o lado norte por Formigoso e o do sul por Vigia. No cabeço do Formigoso já existira um castro, percebendo-se uma muralha entretanto adaptada a cercado de gados na fase altimedieval, dispondo-se de uma boa área para esse efeito. Na carta de dotação do couto de S. Martinho de Outeiro datado de 1176 é referido como *castellum de Formigoso*[3]. A Vigia, por seu turno, é um topo não muito largo que se encontra coberto de penedia íngreme com óptimas condições defensivas que se destaca na paisagem e teria, tal como o nome indica, funções de vigilância.

Estes dois locais teriam sido abandonados quando o reduto vizinho e distante para sul um par de quilómetros na extremidade sul da Serra da Aguieira começou a granjear importância estratégica. Trata-se do o castelo do Alto da Terrugem (Nogueira/ Portuzelo), cabeça da Terra de S. Marinho, referido na documentação do século XI como *alpe Taragii*[4]. Verdadeiro ninho de águias, de difícil acesso e assente sobre um velho castro, ainda mostra aos visitantes os restos de muralhas e de uma larga parede que servia para definir o recinto para gado.

1 COSTA, Avelino Jesus da, *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, Vol. II, Braga 1978, doc. 497;
2 ALMEIDA Carlos Alberto Ferreira de, *Vias Medievais de Entre-Douro-E-Minho*, (Policopiado), FLUP, Porto, 1968, p. 185; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *Povoamento... Op. Cit.*, p. 340
3 GUERRA, L. Figueiredo da, "Elementos Para a História...", *Op. Cit.*, p. 69; BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento... Op. Cit.*, p. 131-133
4 GUERRA, L. Figueiredo da, "Elementos Para a História...", *Op. Cit.*, p. 7

Percebem-se também os entalhes na penedia para o assentamento de uma torre de vigia, possivelmente construída em madeira[1].

Não podemos deixar de referir que outros povoados com prévio assentamento castrejo podem ter registado assentamento durante este período de forma pontual ou continuada. E referimo-nos directamente aos casos de Roques (Vila Franca/ Subportela/ Mujães), à Cividade de Âncora (Afife/ Lage, Conc. de Caminha) e à Cidade Velha de Santa Luzia. Eram povoados que se destacavam na paisagem, dotados de grande aparato defensivo e com ocupação continuada pelo menos até ao século V, pelo que a reocupação e fortificação altimedieval deveria ter sido ali uma realidade. No caso da Cividade de Âncora, enquanto posição sobranceira a Afife e ao oceano, poderia ter cumprido um importante apoio defensivo à comunidade instalada na depressão de Afife, onde mais tarde se implantou o mosteiro de Cabanas, mas também à população das margens do Âncora.

A inexistência de trabalhos arqueológicos de fundo no primeiro caso e as campanhas de escavações arqueológicas dirigidas para o desentulhamento em área das ruínas castrejas nos dois últimos cercearam a possibilidade de se encontrarem provas materiais desta proposta por agora meramente teórica. Não obstante, é bem possível que outros povoados castrejos menores tenham sido procurados como refúgio, mas a crónica escassez de trabalhos monográficos segue turvando a visão do conjunto.

Alguns dos sítios atrás apontados como atalaias roqueiras acabaram por evoluir para as estruturas de permanência e de centralidade em circunscrições administrativas, após a independência, desempenhando importantes planos no quadro da defesa e da estruturação do território, como é o caso de S. Miguel, Alto da Terrugem e Castro Mau, respectivamente cabeças das Terras de Santo Estêvão, S. Martinho e de Neiva.

---

1 BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento... Op. Cit.*, p. 178-180

Os castelos roqueiros constituem importantes testemunhos da existência de povoamento durante os séculos VIII e IX neste território, porque deles dependiam as comunidades responsáveis pela edificação e manutenção, e era debaixo da protecção que levavam a cabo o seu quotidiano, explorando as áreas arroteadas ou as manchas agricultáveis que sobreviveram ao abandono das antigas manchas cultivadas, aliadas à criação de gado.

A vivência em constante instabilidade promoveu uma procura mais fervorosa da protecção divina e o desenvolvimento da religiosidade comunitária em torno de um patrono comum, possível sobrevivente do culto visigótico e agora exacerbado pelas dificuldades que estes tempos encerravam. Apesar de não estar documentada a prevalência de cenóbios de origem visigótica nesta área, ainda que restem algumas dúvidas no caso de Vila Mou, se dois dos capitéis esquemáticos aparecidos junto à igreja paroquial forem de fábrica visigótica e não do período pré-românico[1], é admissível que a tradição eremítica da escola fructuosiana estivesse bem disseminada pelo território, tendo persistido na base dos mosteiros erigidos a partir do século X, coincidindo com o processo de presúria desenvolvida desde os meados dos século IX[2].

Existem no território vianense alguns dados relativos a eremitérios que devem ser postos em evidência, em abono da hipótese que acima levantamos, concomitantes com a tradição ascética de S. Frutuoso e que, pelas suas características, poderão ser reminiscências de mosteiros dos séculos VIII-IX.

O mais conhecido é o eremitério rupestre de Sabariz (Vila Fria), identificado e alvo de intervenções arqueológicas nos anos oitenta

1 ARAÚJO, José Rosa, "Sobre Algumas «Pedras»...", *Op. Cit.*, p. 85-91; MOREIRA, Manuel António, "A Fundação do Mosteiro...", *Op. Cit.*, p. 75

2 A presúria, termo medievo que preferimos a Reconquista, mais veiculado pela historiografia, tratava-se "*da ocupação dos solos abandonados ou mesmo pertencentes a comunidades locais, cujos direitos não foram reconhecidos pelos recém vindos e que eram apoiados pelos representantes da autoridade régia*". MATTOSO, José, "Portugal no Reino Asturiano-Leonês", *História de Portugal – Antes de Portugal* (Coord. José Mattoso), Estampa, 1997, p. 404

do século XX[1]. Tratava-se de um espaço subterrâneo, constituído por um grupo de celas diminutas onde os eremitas cumpririam o pretendido isolamento do mundo quotidiano.

Nas duas intervenções arqueológicas ali realizadas cadastraram-se cerâmicas datáveis do século XI, o que poderá indicar um funcionamento mais centrado naquele século, mas reiteramos a nossa ideia de este refúgio representar uma continuidade das tradições visigóticas[2], ainda para mais situado numa área cujo topónimo é um antroponímico germânico muito antigo, *Savarici*[3].

Existia ainda um outro local dentro do território concelhio, nas imediações das antigas minas de estanho de Amonde, do qual deu notícia Abel Viana, reportando a existência das ruínas de um possível eremitério, com sepulturas cavadas na rocha[4]. Como até agora não conseguimos identificar este local e dada proximidade de um conjunto de sepulturas cavadas na rocha na encosta próxima chamada Bouça das Freiras[5], mas voltada a Nogueira, onde existe a crença popular de se tratar das campas das freiras de um antigo convento[6], é possível que se trate dos mesmos vestígios, havendo apenas alguma confusão na precisão do espaço das freguesias em questão.

Não obstante, cumpre perceber até que ponto as sepulturas cavadas na rocha existentes na Bouça das Freiras traduzem o espaço cemiterial de um convento, ou de um eremitério, que o topónimo e a tradição local parecem testemunhar, pois não existindo outros

---

1 REAL, Manuel Luís; FERNANDES, Isabel Maria; TAVARES, Rui; e SÁ, Pedro, "As Covas Eremíticas de Sabariz (Vila Fria - Viana do Castelo)", *Mínia*, 6, Braga, 1982, p. 3-30; BARROCA, Mário Jorge; e REAL, Manuel Luís, "Escavações Arqueológicas Nas Covas Eremíticas de Sabariz (Vila Fria - Viana do Castelo)", Actas do *I Congreso de Arqueologia Medieval Española*, vol. II, Huesca, 1986, p. 51-71

2 BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento…*, p. 63

3 Resultante da junção de "*swab*" com "*reiks*", respectivamente *Suevo* e *Rei*. FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Op. Cit.*, V, p. 189-190

4 VIANA, Abel, "Alguns Instrumentos de Pedra Pulida", *Arquivo do Alto Minho*, 5 (1), Viana do Castelo, 1955, p. 16; BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*, (Policopiado), FLUP, Porto, 1987, p. 147

5 BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas... Op. Cit.*, p. 148

6 *Idem*, p. 134

indicadores, sejam documentais ou sequer arquitectónicos, que consolidem a presunção da existência de um cenóbio nestas latitudes, resta-nos fazer o seu registo.

A inumação em sepulturas cavadas na rocha foi uma prática funerária que encontrou particular sucesso nas margens do Lima, ascendendo à dezena de exemplares no território concelhio de Viana, revelando-se excelentes indicadores da presença de povoamento neste período, já que esses moimentos estão correntemente balizados entre os séculos VIII e XI[1].

A maioria dos exemplares que conhecemos existem isoladamente, como é o caso da sepultura cavada na rocha existente no monte da Agrichousa[2], em Afife, entre a Bouça dos Pinheiros e a Eireira. Da mesma forma conhecem-se exemplares isolados em São Romão do Neiva, no lugar da Gandra, junto ao Rio Neiva, em Portela de Susã, no lugar de Outeiro, conhecida pelo elucidativo nome de Pia dos Mouros, no lugar de Figueiredo, em Vila Franca, e uma outra no lugar do Padrão, Cardielos, entretanto destruída[3]. Existe ainda a referência da presença de uma sepultura deste tipo em Carreço e outra no monte de Santa Luzia[4], mas desconhecem-se as suas localizações.

Quanto aos locais onde aparecem sepulturas de conjunto, para além do aludido exemplo da Bouça das Freiras, em Nogueira, composto por três moimentos, existe a referência a uma necrópole composta por vários sepulcros nas Pias dos Eidos, à entrada da Areosa junto à fábrica de tapetes, entretanto destruídos[5], dois exemplares na orla de um caminho em S. Gil, Perre, infelizmente também destruídas[6], e um outro conjunto de número desconhecido no Alto de

1 *Idem*, p. 130 e 140
2 *Idem*, p. 147
3 ARAÚJO, José Rosa de, *Caminhos Velhos e Pontes de Viana e Ponte de Lima*, Viana do Castelo, Junta Distrital, 1962, p. 64; BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas... Op. Cit.*, p. 148
4 BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas... Op. Cit.*, p. 148-149
5 VIANA, Abel, "Alguns Instrumentos...", *Op. Cit.*, p. 13-15; BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas... Op. Cit.*, p. 148
6 PAÇO, Afonso; e QUESADO, A. do Paço, "Digressões Arqueológicas pelo Alto Minho", *Arquivo do Alto Minho*, 6 (1), Viana do Castelo, 1956, p. 87; BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas... Op. Cit.*, p. 148-149

Geraz, em Santa Leocádia de Geraz do Lima[1], certamente relacionado com o Castelo de S. Miguel.

Estes elementos funerários desprovidos de mobilidade, constituem importantes indicadores da presença de povoamento, reflectindo mesmo o carácter de grande dispersão dos assentamentos registada durante este período[2], numa altura em que não existiam espaços cemiteriais definidos nem tão pouco se encaravam as imediações dos templos como centros agregadores da comunidade dos vivos e como espaço de enterramento, como mais tarde se verificaria[3]. E o facto de os casos conhecidos não apresentarem sinais de antropomorfismo, poderá indiciar uma maior antiguidade destes moimentos[4], revelando, da mesma forma, a antiguidade dos assentamentos habitacionais com eles relacionados.

A primeira referência efectiva da existência de uma igreja neste território surge durante este período e provém da inscrição da sagração da igreja de Castelo de Neiva, que subsiste numa parede do actual templo paroquial, datada de 862 ou 867-912[5]. Nela se faz referência à sagração e dedicação do templo a S. Tiago, tendo a cerimónia sido presidida pelo Bispo D. Nausto[6].

É um elemento crucial para a percepção da estabilidade ocorrida nesta região sequente do movimento de presúria, verificado a partir dos meados do século IX, notando-se o empenho dos presores destes territórios em legitimar a ocupação, sendo a igreja o "*melhor testemunho de posse e ocupação legítima - porque cristã - duma terra e uma*

1 BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas... Op. Cit.*, p. 148
2 *Idem*, p. 129 e 283
3 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Território Paroquial no Entre-Douro-E-Minho. Sua Sacralização", *Nova Renascença*, Porto, 1981, p. 206
4 As sepulturas antropomórficas teriam sido introduzidas a partir do século IX. BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas... Op. Cit.*, p. 130
5 BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Vol. 2 (1), FCG-FCT, Porto, 2000, p. 19
6 "*++IN D(e)I N(omin)E SACRABIT/ BASELICA SanCTI IACOBI·APOSTOLI D(o)M(n)US NAUSTI EpiscopuS/ [...]S ERA DCCCC*". BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval..., Op. Cit.*, p. 17

garantia de segurança religiosa e psíquica para os povoadores do seu termo (...) com os seus santos e, sobretudo outrora, com as suas relíquias, com os seus ofícios religiosos e com o seu sino"[1].

A presúria permitiu uma reorganização do território, entretanto pacificado, instituindo-se uma nova forma de apropriação do espaço distinta da verificada até então, se bem que seja comum perceberem-se as semelhanças com o passado romano e germânico deste sistema, agora assente nas *villae-ecclesiae*, uma espécie de instituição territorial de carácter administrativo, dependente dos *presores*, os novos proprietários ou os seus descendentes, dotada de um templo, onde se poderia observar um determinado número de rendeiros que exploravam os casais arroteados, pelos quais pagariam determinadas rendas[2]. As propriedades entretanto arroteadas seriam entendidas como terras livres de tributação.

As *villae-ecclesiae* evoluíram para unidades menos extensas, as paróquias, remontando estas ao tempo da restauração da Diocese de Braga, ocorrida em 1070[3], após algumas décadas de fragmentação das propriedades mais extensas e de aumento da densidade populacional a cumputo bastante para que cada uma das comunidades paroquiais pudesse garantir a subsistência de um pároco, responsável pela *cura animarum* dos seus vizinhos[4].

Um dos principais factores de estruturação do povoamento durante este período, foi a reforma ou a fundação de mosteiros, pela protecção espiritual fornecida às comunidades, como reportámos acima, e pela sua implantação dentro de áreas ricas e produtivas, coincidentes com as melhores propriedades dos fundadores ou dos patronos[5], por isso passíveis de atrair mais facilmente os colonos e

1 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Território Paroquial...", *Op. Cit.*, p. 206
2 ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *História...*, *Op. Cit.*, p. 99
3 COSTA, Avelino Jesus da, "O Bispo D. Pedro...", *Op. Cit.*, p. 26 e 52
4 COSTA, Avelino Jesus da, "O Bispo D. Pedro...", *Op. Cit.*, p. 146; ALARCÃO, Jorge de, "A Paisagem Rural Romana e Alto-Medieval em Portugal", *Conimbriga*, 37, Coimbra, 1998, p. 115
5 MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, INCM, 1988, p. 621

rendeiros. A Bacia do Lima foi, aliás, um dos pontos onde a concentração de cenóbios pré-beneditinos mais se fez sentir[1].

Veja-se o seguinte exemplo paradigmático. Um dos *presores* deste território foi Paio Vermudes e teria sido o responsável pela edificação do cenóbio pré-românico de Santa Maria de Vila Mou, nos finais do século X[2]. Um importante documento dá-nos notícia disso, porque traduz a restauração daquele mosteiro, desta feita na localidade da Torre, onde um neto do mesmo Paio Vermudes, Frei Ordonho, restabeleceu a dotação do arruinado mosteiro de Santa Maria de Vila Mou que havia sido destruído, no nosso entender, pelos finais do século X, inícios do século XI, talvez no seguimento das campanhas de Almançor a norte do Douro de 995-997[3], assim como entendemos ser admissível ver naquele desastre a mão da pirataria normanda, como pretendia Manuel António Moreira[4].

De Vila Mou conhecemos importantes vestígios pré-românicos, certamente os restos desse mosteiro destruído, caso de cinco capitéis decorados com motivos vegetalistas (dois deles, mais esquemáticos, aparentam filiação visigótica), uma imposta onde se representa um cavalo rodeado por folhagens de videira[5] e uma outra imposta com a figuração arcaica de um orante[6] ou o *castigo da sereia*[7]. São sinais de uma qualidade e opulência certamente patrocinada pelo *dux* Vermudes, exemplo seguido pelo seu descendente, que para além de dotar o mosteiro com um desfiar de propriedades que nos revela

1 *Idem*, p. 621

2 "*(...) quod venit dux Pelagius Vermudis aliis ducibus, qui de suo genere erent, ad prendendam terram suevorum ad expellendas omnes gentes Ismaelitarum, et presserunt per illam terram Villas inter Minium et Durium et hic pressit Villam in Ripa alveum Limie, et hic presit villa que vulgo nominata est Villa Mou*". GUERRA, L. Figueiredo da, "Elementos Para a História...", *Op. Cit.*, p. 6

3 AZEVEDO, Rui Pinto de, "A Expedição de Almançor...", *Op. Cit.*, p. 78

4 MOREIRA, Manuel António, "A Fundação do Mosteiro...", *Op. Cit.*, p. 92-93

5 ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *História da Arte...*, *Op. Cit.*, p. 150

6 *Idem*, p. 150

7 REAL. Manuel Luís, "O Românico Português na Perspectiva das Relações Internacionais", *A Arte Românica em Portugal e Galiza*, Corunha/ Lisboa, 2001, p. 32 e 49

a existência de um conjunto significativo de *villae-ecclesiae*[1]e o bom estado de povoamento da região ao norte do Lima e até ao Rio Seixo em 1068, proveu a doação de bens para o funcionamento quotidiano do mosteiro, como alfaias religiosas, indumentárias e demais ornamentos, livros, mobiliário, gado e cavalos[2].

Do mesmo período seria o mosteiro de Santa Maria de Carvoeiro, de fundação de finais do século IX[3]. Já do século XI eram os mosteiros de S. Romão de Neiva[4], de S. Pedro de Capareiros[5] e S. Simão da Junqueira (Mazarefes)[6], onde se conhecem silhares almofadados pré-românicos decorados com reticulados no adro da capela próxima ao Lima[7].

Os elementos arquitectónicos pré-românicos evidenciados nas linhas anteriores, constituem um valioso aliado no que concerne quer à datação dos vestígios que a eles se associam, porque são passíveis de apresentarem paralelos artísticos ou funcionais com outros elementos existentes em locais com balizagem cronológica assegurada.

Foram encontrados elementos desse cariz na igreja paroquial de Santa Maria de Geraz do Lima, nas já referidas obras de recuperação do templo realizadas em 1989, com destaque para o conjunto de fragmentos de ajimezes, um dos quais com a inscrição [...*STE e* ... *TRI*][8] e fragmentos de gelosia[9].

---

1 GUERRA, L. Figueiredo da, "Elementos Para a História...", *Op. Cit.*, p. 2-9; MOREIRA, Manuel António, "A Fundação do Mosteiro...", *Op. Cit.*, p. 79-80

2 "*testavimus ibidem primitus illo quo in ipso monasterio in omni oregico ut circutorum qui cum manibus nostris et per nostruum consilium edificamus domos eorum ut intrinsecus eorum et omnis ornatus eorum testamus ibidem libros ecclesiasticos quos ganavimus; et fecimus cruz argentea de aurata, calice et coronas, candalabra et thuribulum, camisias et dalmatica set omne ornamentum Ecclesiae. Testamus ibidem caballos, boves, vacas et ali pecora permista, cubas... lectos cátedras, mensas, pratus ad usum omnium et ad prestitum hujus modi mihi est*"

3 COSTA, Avelino Jesus da, "O Bispo D. Pedro...", *Op. Cit.*, p. 203

4 MARQUES, José, *A Arquidiocese...*, *Op. Cit.*, p. 613

5 *Idem*, p. 616

6 *Idem*, p. 618

7 BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento*..., p. 164-165

8 BARROCA, Mário Jorge, "Contribuição para o Estudo...", *Op. Cit.*, p. 105-106; BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval...*, *Op. Cit.*, p. 134

9 BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento*..., 156-157

Da vizinha igreja paroquial de Santa Leocádia de Geraz do Lima estão depositados no Museu Pio XII fragmentos de um friso pré-românico e um fragmento de um ajimez[1]. Na sacristia da igreja guarda-se um silhar com uma inscrição onde se pode ler *TIUDIL(a)/ GIRUINA/ ERA M21*, datada entre 1013 ou 1021/ 1051 ou 1059[2].

Para além do caso citado de S. Simão da Junqueira (Mazarefes), conhecem-se silhares almofadados com gravados reticulados em Lanheses, na Igreja Velha da Meadela, em Santa Maria de Geraz e na Capela das Almas, recentemente intervencionada[3].

Em complemento a este rol de testemunhos pré-românicos enquadráveis nos séculos X-XI, dever-se-ão ter em conta os arcazes tumulares não antropomórficos que se podem encontrar pelas paróquias do concelho, lavrados em grandes blocos monolíticos e por isso elementos trabalhosos e difíceis de executar, reveladores dos cuidados tidos com a inumação de algumas personalidades, distinguindo-se a sua qualidade social, dos quais se destacavam os clérigos, principalmente aqueles túmulos que apresentam tampas gravadas com estola. Existem exemplares nos adros das igrejas de Areosa, Castelo de Neiva, Cardielos, Deocriste, Santa Leocádia e Santa Maria de Geraz do Lima, um deles com tampa em estola[4], no adro da igreja românica de S. Cláudio de Nogueira[5], bem como na Igreja Velha da Meadela e na Capela da Senhora das Oliveiras[6], para além do encontrado na necrópole de Agueiras, em Alvarães, "*de pedra móvel, rude como uma pia de gado*"[7].

1 BARROCA, Mário Jorge, "Contribuição para o Estudo...", *Op. Cit.*, p. 104
2 BARROCA, Mário Jorge, "Contribuição para o Estudo...", *Op. Cit.*, p. 105; BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval...*, *Op. Cit.*, p. 69
3 Informação cedida pelos Serviços de Arqueologia do Município de Viana do Castelo.
4 BARROCA, Mário Jorge, "Contribuição para o Estudo...", *Op. Cit.*, p. 105-106
5 BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas...*, *Op. Cit.*, p. 180 e 199; BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento...*, p. 174-76
6 BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento...*, p. 166-167 e 182
7 CEPA, Manuel Martins, *Monografia de S. Miguel...*, *OP. Cit.*, p. 20

Todos estes testemunhos arquitectónicos e funerários falam-nos de uma grande revitalização económica passível de patrocinar a edificação de basílicas e templos, em torno dos quais se foram estabelecendo as comunidades pré-paroquiais que se dotaram dos seus cemitérios, abandonando o sistema mais disperso da inumação nos moimentos cavados na rocha.

A estruturação do território compreendeu, da mesma forma, o desenvolvimento da importância das vias e das rotas, providas de uma maior segurança e também mais procuradas para as ligações entre os principais centros, fosse a Braga ou a Tui. É certo que os caminhos medievais portugueses acabaram por, grosso modo, decalcar as antigas estradas romanas, surgindo na documentação da época os termos *karraria antiga* ou *strata mourisca*[1], mas foi durante este período que se constituiu uma rede viária mais abrangente do território.

Um indicador frequente é o topónimo Breia, derivação medievo da palavra *vereda*, estrada. No território vianense pode-se encontrar a sua vinculação em muitas freguesias do concelho, como Afife, Amonde, Barroselas, Cardielos, Nogueira, Montaria, Torre, Mazarefes e Vila Fria[2], registando-se também uma *Bouça da Breia* em Carreço, o topónimo *Bramolhada* em Soutelo, *Sobreia* na Areosa e *Trás a Verea* em Mujães[3]. Outro sinónimo de estrada que ocorre com frequência é *Corredoura(s)*, registado em Deião, Lanheses, Outeiro, Vilar de Murteda, Alvarães, Nogueira e Torre[4].

Por seu turno, outros topónimos assinalam as travessias dos principais cursos de água que galgam esta região, os rios Neiva, Lima e Âncora, porque constituíam importantes obstáculos a transpor, como *Passagem* ou *Barco*.

---

1 ALMEIDA, Carlos A., *Vias Medievais Portuguesas...*, *Op. Cit.*, p. 185
2 FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Op. Cit.*, IV, p. 267
3 FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Op. Cit.*, IV, p. 267-268
4 FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Op. Cit.*, IV, p. 277

A este respeito importa registar o número expressivo de embarcações do tipo piroga monóxila identificadas nas últimas duas décadas no curso do Lima, precisamente nas imediações do sítio da *Passagem* entre Moreira de Geraz do Lima e Lanheses[1], onde se registaram cinco exemplares, para além de um exemplar achado em Mazarefes[2]. O exemplar identificado em 1985 em Moreira de Geraz do Lima forneceu datações absolutas em torno dos anos de 998-1034[3] e através da semelhança estilística entre todos os exemplares registados, permite traçar com alguma segurança o seu perfil cronológico neste mesmo período.

Que paisagem?

Uma vez apresentados os dados arqueológicos disponíveis e evidenciando-se alguns apontamentos documentais com eles relacionados, será tempo de os sistematizar tendo em vista a reconstituição da paisagem humana entre os rios Âncora e Neiva nos séculos VIII a XI.

A primeira grande ilação que de deve retirar assenta na dificuldade em se identificar e destrinçar os vestígios da época visigótica que tivessem transitado para o século VIII. Este aspecto torna-se crucial para se poder assegurar a continuidade do povoamento. É bem possível que os sítios visigodos, as *villae*, os casais e as pequenas aldeias tenham transitado para a centúria seguinte, nos mesmos moldes de exploração económica e de estruturação social. E esta fase teria perdurado pela primeira metade do século VIII, porque, se as estruturas de povoamento sofreram pouco dano durante a primeira dominação árabe, as campanhas cristãs de Afonso I das Astúrias obrigaram à alteração radical na estratégia de apropriação e gestão do espaço rural herdado das grandes explorações agrárias da Dominação Romana.

1 ALVES, Francisco J. S., "A Piroga Monóxila de Geraz do Lima", *O Arqueólogo Português*, Série IV, 4, Lisboa, 1986, p. 211
2 BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento*..., p. 165
3 ALVES, Francisco J. S., "A Piroga Monóxila...", *Op. Cit.*, p. 234

Esta alteração foi motivada por dois factores principais: o recuo da curva demográfica, não só pela propalada fuga cristã para o norte, mas também pelo ciclo perene de operações militares, fomes e epidemias[1]; e a insegurança vivida pelo desgoverno institucional e pelas constantes ameaças externas.

Neste quadro de instabilidades e de escassez de gentes, a ocupação do território ter-se-ia pautado pela articulação da exploração agrícola de algumas áreas arroteadas sobreviventes com a proximidade às áreas de refúgio, constituídas pelos velhos povoados castrejos. Aliás é bem revelador o número dos castelos roqueiros que acima apontámos implantados sobre antigos castros (80%). E não é difícil abstrair que, em momentos mais conturbados, as populações procurassem refúgio no alto das serras de Santa Luzia, da Aguieira ou de Arga, mas a segurança da altitude não seria profícua à subsistência quotidiana, ainda que excelente para a prática da pastorícia. Nos redutos do Formigoso e Vigia (Outeiro), a título de exemplo, identificaram-se vestígios de assentamento deste período, em detrimento das zonas de maior altitude do maciço da serra da Aguieira, mais segura, mas igualmente distante das áreas de cultivo.

Os assentamentos habitacionais estavam agora muito mais dispersos, constituídos por pequenos grupos de habitantes, famílias pouco alargadas, com alguma relação de vicinalidade entre si, patente na gestão dos redutos defensivos de sua iniciativa, que permaneceram junto das orlas arroteadas praticando uma economia de subsistência assente na exploração agrícola incipiente de permeio com alguma actividade pastoril. O maior sintoma dessa dispersão parece provir das sepulturas cavadas na rocha, pelo menos nos seus exemplares isolados e desprovidos de antropomorfismo, situadas em zonas com poucas condições de habitabilidade nos moldes actuais.

Esta fase vigorou desde os meados do século VIII até perto dos finais do século IX, altura em que as presúrias trouxeram alguma

1 GARCIA ÁLVAREZ, M. Rubén, "A Reconquista de Braga e a Repoboación do País", *Bracara Augusta*, XXIII, 55 (67), Braga, 1969, p. 54

estabilidade a este território[1]. A extensão da presúria para o vale do Lima, por alturas de 870, introduziu um novo alento populacional. A reorganização territorial trouxe estabilidade e segurança militar, agora que a fronteira estava deslocada para a bacia do Mondego, podendo-se verificar com maior qualidade o desenvolvimento demográfico ocorrido durante o *repovoamento*, cujo sucesso se explica pelo fomento à migração de populações cristãs para estes quadrantes mais meridionais. As gentes que aqui se estabeleceram tiveram as mais diferentes proveniências. Aos remanescentes descendentes dos visigodos podemos adir um conjunto interessante de grupos que se estabeleceram em parcelas deste território segundo o que nos parece indicar a toponímia. É o caso dos demonímicos *Estourãos* (Santa Leocádia de Geraz) e *Lanheses*, que nos falam de indivíduos provenientes respectivamente das Astúrias e de Lains, Ribadávia (Galiza)[2]. Registe-se também a presença do topónimo *Galegos*, cadastrado em Portuzelo, em Deocriste, Anha e Montaria e de *Galegueira*, em Soutelo[3].

Não obstante a sua existência, não são topónimos muito representativos, quer em quantidade, quer em extensão, o que no dizer de Almeida Fernandes, poderá traduzir o "*bom estado de povoamento que sempre nesta região há-de ter vigorado*"[4], ainda que não disponhamos de referências quantitativas de qualquer espécie que nos permitam sustentar esta hipótese.

Neste período começa a alterar-se a paisagem. Apesar da dispersão, pode-se verificar, pela soma das referências documentais e dos testemunhos pré-românicos provenientes de mosteiros, de *ecclesias* e de necrópoles (Fig. 1), que a mancha do habitat se encontra bem disseminada pelo território em análise. Excelente prova disto

1 BARROCA, Mário Jorge, "Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI)", *Portugalia*, Nova Série, vol. XXV, Porto, 2004, p. 184
2 FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Op. Cit.*, V, p. 201-203
3 *Idem*, p. 201-202
4 *Idem*, p. 199

é o documento da dotação do mosteiro de S. Salvador da Torre, datado de 1068[1]. Nessa altura já estavam assinaladas a maior parte das *villae-ecclesiae* da margem direita do Rio Lima entre o Rio Seixo e o litoral, encontrando-se referências às *villae* de *Spantar* (Espantar, Montaria), *Figueiredo*, *Fosse* e *Castro* (Monserrate e Santa Maria Maior), *Medialbi* (Meadela), *Soegildi* (S. Gil, Perre), *Villamou* (Vila Mou), *Vilar de Morteda*, *Fifi* (Afife), *Oori*, *Carreso* (Montedor, Carreço), *Onomondi* (Amonde) e *Soutelo*, aludindo também à *ecclesia sancti Michaelis de Pirri* (Perre)[2].

Este documento é particularmente elucidativo da fragmentação da propriedade pelos descendentes do conde Paio Vermudes, mas também da demarcação dos principais centros que mais tarde se constituiriam como paróquias, certamente na década sequente à escritura desse documento.

Para além destas zonas com claras evidências de assentamento populacional, temos de juntar as novas arroteias, tornadas em alódios, porque, se a tributação incidia sobre as manchas arroteadas existentes,[3] as novas arroteias seriam desoneradas. Ascenderão a este período muitas das áreas que surgem na toponímia como *cachada* e *cachão* e designações derivadas do termo *romper*.

A organização populacional e até administrativa do território beneficiou grandemente da instalação destes mosteiros ou da restauração de antigos cenóbios, bem patente no exemplo de Vila Mou, depois refundado em S. Salvador da Torre. Na sua esfera de influência instalaram-se comunidades que exploravam os territórios dependentes da estrutura religiosa (e, como se percebe da dotação do mosteiro da Torre, abrangente de uma área tão vasta quanto é a parte norte do actual concelho de Viana), procurando terras já arroteadas e a protecção espiritual provida pela presença do templo. Se juntarmos

1 GUERRA, L. Figueiredo da, "Elementos Para a História...", *Op. Cit.*, p. 5-8
2 *Idem*, p. 7-8
3 ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *História da Arte...*, *Op. Cit.*, p. 99

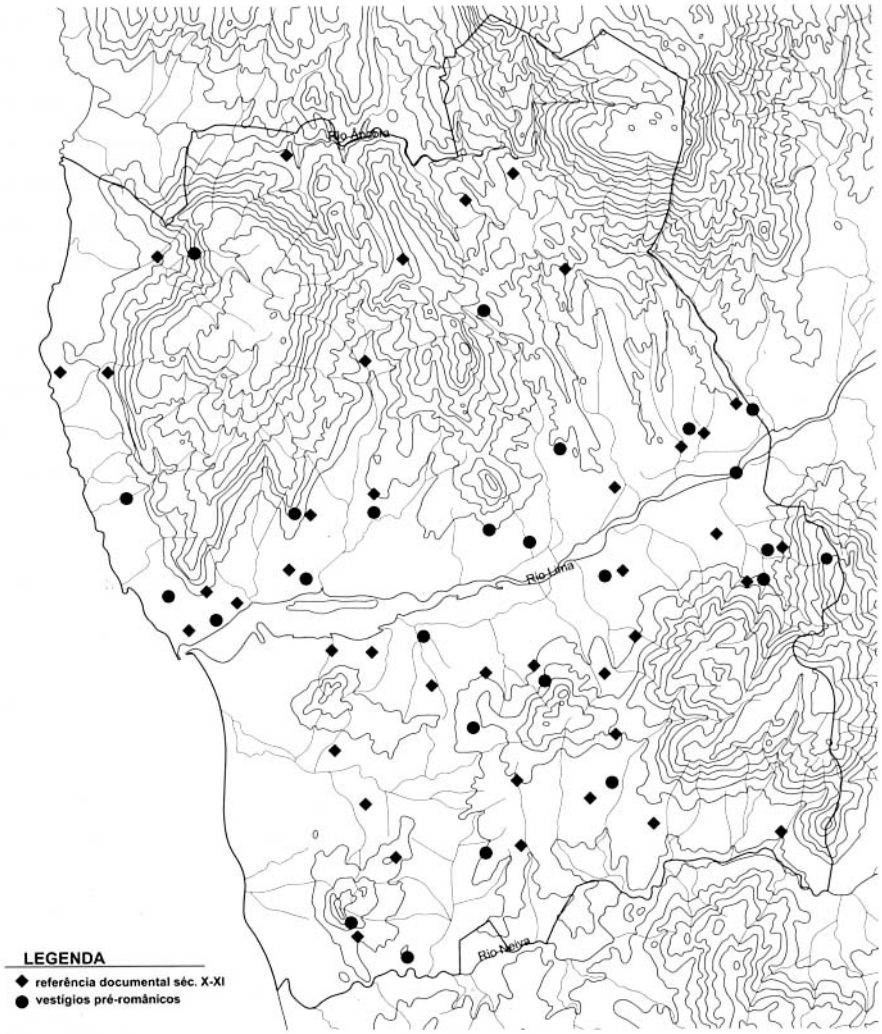

Fig. 1

a este aspecto a presença de penelas ou castelos nas imediações, teríamos o quadro de protecções fechado.

Este binómio mosteiro/castelo foi crucial na organização da exploração do território. No território vianense é até possível verificar

uma relação directa entre o mosteiro de Carvoeiro e o reduto da Carmona, entre Castro Mau (Castelo de Neiva) e o mosteiro de S. Romão, e entre o castelo de Tarrugem (Portuzelo) e o mosteiro de S. Cláudio de Nogueira (Fig. 2). O que poderá demonstrar que aquelas fortificações seriam da responsabilidade dos cenóbios acima nomeados, à semelhança do que acontecia entre o castelo de S. Mamede (Guimarães) e o mosteiro ali existente, segundo o famoso testamento de D. Mumadona Dias[1].

Devemos associar grande parte destes testemunhos, quer documentais, quer arquitectónicos de cronologia pré-românica, como os de Vila Mou, de S. Simão de Mazarefes e de Castelo de Neiva a este período, compreendido entre as presúrias e o Ano Mil. Porque nessa altura surgiu um período de instabilidades introduzidas pelas campanhas de Almançor entre 995 e 997.

A recuperação do território a partir dos meados do século XI introduziu uma fase de grande revitalização do território, coincidindo com a reorganização da Diocese de Braga, em 1070, quando a comunidade paroquial estava perfeitamente definida e em bom número. É bem possível que essa densidade da rede paroquial verificada entre 1085-1095, conforme nos relatou o Prof. Avelino Jesus da Costa, quando analisou o *Censual* da Sé de Braga, seja o mais directo indicador da salubridade demográfica e económica desta região, já apoiada numa importante rede de caminhos que estruturava o domínio do território.

Devemos procurar nos séculos X-XI a génese da paisagem que actualmente conhecemos no concelho e até por todo o Minho ou até por todo o Noroeste Peninsular (porque esse fenómeno não é exclusivo do território português, mas extensível à Galiza), dispersa pelas vertentes profusamente ocupadas e cultivadas, assentes no minifúndio, que mais não é do que o resultado da secular arroteia.

---

1 BARROCA, Mário Jorge, "Do Castelo de Reconquista...", *Op. Cit.*, p. 94

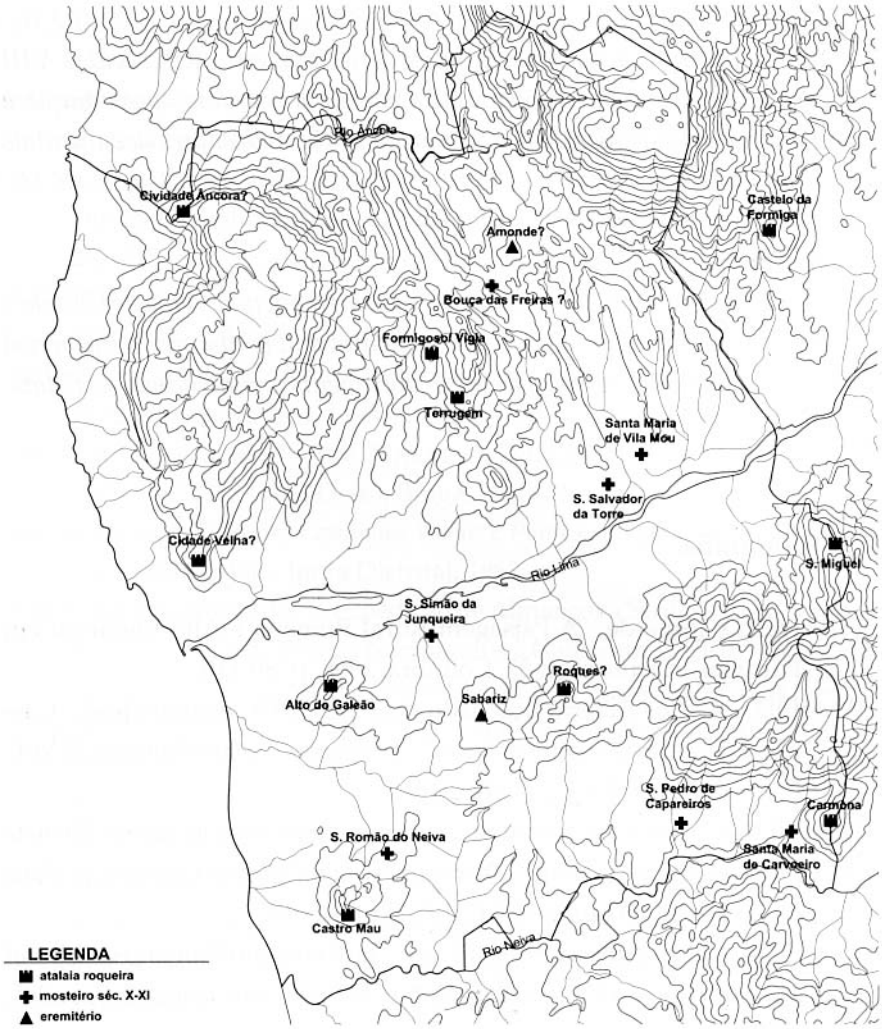

Fig. 2

Poderemos até tentar descobrir, nas vertentes e nos vales cultivados de hoje a paisagem antiga de então, pois o determinismo geográfico e a necessidade de sustento levaram o Homem a roubar à mancha florestal as sucessivas parcelas da sobrevivência.

Resumo

Após a inventariação dos vestígios de povoamento dos séculos VIII a XI no actual Concelho de Viana do Castelo, faz-se uma aproximação à paisagem humana daquela época, tendo em conta indicadores documentais e arqueológicos.

Abstract

After an inventory to the settlement traces in the actual Viana do Castelo's county, the author essays about human habitat and landscape in the period between 8th and 11th century through documents and archaeological data.

Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge de, "A Paisagem Rural Romana e Alto-Medieval em Portugal", *Conimbriga*, 37, Coimbra, 1998, p. 89-119
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; BAPTISTA, António José, "Castros e Castelos de Ponte de Lima", *I Congresso Galaico Minhoto*, II Vol., Ponte de Lima, 1981, p. 287-318
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *Povoamento Romano no Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho - Inventário Arqueológico do Concelho de Viana do Castelo*, (Policopiado), F.L.U.P., Porto, 1996
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, "Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho", *Barcelos Património*, 5, Barcelos, 1997
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "O Documento n.º 13 dos Diplomata et Chartae. Duas Considerações", Separata de *Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia, Lvcerna*, V, Porto, 1966, p. 2-12
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Ainda o Documento n.º 13 dos Diplomata et Chartae", Separata da *Revista da Faculdade de Letras- Série História*, Porto, FLUP, 1970, p. 8-15

- ALMEIDA Carlos Alberto Ferreira de, *Vias Medievais de Entre-Douro-E-Minho*, (Policopiado), FLUP, Porto, 1968
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Castelologia Medieval de Entre-Douro-E-Minho – Desde os inícios até 1220*, (Policopiado), Porto, FLUP, 1978
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, "Território Paroquial no Entre-Douro-E-Minho. Sua Sacralização", *Nova Renascença*, Porto, 1981, p. 202-215
- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *História da Arte em Portugal. Arte da Alta Idade Média*, Alfa, vol. 2, 1986
- ALVES, Francisco J. S., "A Piroga Monóxila de Geraz do Lima", *O Arqueólogo Português*, Série IV, 4, Lisboa, 1986, p. 209-236
- ARAÚJO, José Rosa, "Sobre Algumas «Pedras» de Vila Mou", *Bracara Augusta*, 11-12 (1-4)(43-46), Braga, 1960-1961, p. 85-91
- ARAÚJO, José Rosa de, *Caminhos Velhos e Pontes de Viana e Ponte de Lima*, Viana do Castelo, Junta Distrital, 1962
- AZEVEDO, Rui Pinto de, "A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997 e a de Piratas Normandos à Galiza em 1015-16", Separata de *Revista Portuguesa de História*, 14, FLUC, Coimbra, 1973, p. 73-93
- BARROCA, Mário Jorge; e REAL, Manuel Luís, "Escavações Arqueológicas Nas Covas Eremíticas de Sabariz (Vila Fria - Viana do Castelo)", Actas do *I Congreso de Arqueologia Medieval Española*, vol. II, Huesca, 1986, p. 51-71
- BARROCA, Mário Jorge, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*, (Policopiado), FLUP, Porto, 1987
- BARROCA, Mário Jorge, "Contribuição para o Estudo dos Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-E-Minho, 1. Ajimezes, Gelosias e Modilhões de Rolos", Separata de *Actas do Congresso Internacional IX Centenário de Dedicação da Sé de Braga*, vol. I, Braga, 1990, p. 101-145
- BARROCA, Mário Jorge, "Do Castelo de Reconquista ao Castelo Românico (Século IX a XII)", *Portugalia*, Nova Série, Vol. XI-XII, Porto, IAFLUP, 1990-1991, p. 89-136
- BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, FCG-FCT, Porto, 2000

- BARROCA, Mário Jorge, "Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI)", *Portugalia*, Nova Série, vol. XXV, Porto, 2004, p. 181-203
- BROCHADO, Cláudio R. Laranjeira, *Povoamento Tardo-Romano e Altimedieval na Bacia Terminal do Rio Lima (Séculos IV-XI)*", (Policopiado), FLUP, Porto, 2004
- CEPA, Manuel Martins, *Monografia de S. Miguel de Alvarães*, Braga, 1939
- CHAVES, Luís, "Estudos de Toponímia Portuguesa - Influências Militares na Formação de Topónimos", *Revista de Guimarães*, Vol. LXII (1-2), Guimarães, 1952, p. 160-191
- COSTA, Avelino Jesus da, "O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga", Separata de *Biblos*, XXXIII, Coimbra, FLUC, 1959
- COSTA, Avelino Jesus da, *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, 2, Braga 1978
- DAVID, Pierre, *Études Historiques Sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe Siècle*, Institut Français au Portugal, Lisboa/ Paris, 1947
- FERNANDES, A. de Almeida, "As Paróquias Suevas e as Dioceses Visigóticas", *Arquivo do Alto Minho*, 15 (1), (5º da 2ª Série), Viana do Castelo, 1967, p. 5-51
- FERNANDES, A. de Almeida, "As Paróquias Suevas e as Dioceses Visigóticas", *Arquivo do Alto Minho*, 15 (2), (5º da 2ª Série), Viana do Castelo, 1967, p. 97-128
- FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Cadernos Vianenses*, IV, Viana do Castelo, 1980, p. 267-277
- FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Cadernos Vianenses*, vol. V, Viana do Castelo, 1981, p. 142-208
- FERNANDES, A. de Almeida, "Toponímia Vianense", *Cadernos Vianenses*, VI, Viana do Castelo, 1981, p. 294-323
- GARCIA ÁLVAREZ, M. Rubén, "A Reconquista de Braga e a Repoboación do País", *Bracara Augusta*, XXIII, 55 (67), Braga, 1969, p. 52-58
- GARCÍA MORENO, Luis A., *História de España Visigoda*, Cátedra, Madrid, 1998

- GARCIA RODRIGUES, *Carmén, El Culto de los Sanctos en la España Romana y Visigoda*, Madrid, 1966
- GUERRA, L. Figueiredo da, "Elementos Para a História do Concelho de Viana", *Archivo Viannense*, Viana do Castelo, 1891-1895, p. 2-9
- HERCULANO, Alexandre (Coord.), *Portugaliae Monumenta Historica - Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências, 1867
- HERMENEGILDO, Fernando, "Fronteiras e Reconquista", *Portugal Islâmico: Os Últimos Dias do Mediterrâneo*, Lisboa, 1998, p. 269-276
- LOPEZ QUIROGA, Jorge, *El Final de la Antigüedad en la «Gallaecia»: la Transformación de las Estructuras de Poblamiento entre Miño y Duero (Siglos V al X)*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2004
- MACIEL, Tarcísio Daniel Pinheiro, *O Povoamento Proto-Histórico do Vale do Neiva*, (Policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1997
- MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, INCM, 1988
- MATTOSO, José, "Os Moçárabes", *Revista Lusitana* (Nova Série), 6, Lisboa, 1985, p. 5-20
- MATTOSO, José, "Portugal no Reino Asturiano-Leonês", *História de Portugal – Antes de Portugal* (Coord. José Mattoso), Estampa, 1997
- MOREIRA, Manuel António, "A Fundação do Mosteiro Visigótico de Santa Maria de Vila Mou e a Reorganização da Terra Vinha (séc. IX)", *Caminiana*, 11, Caminha, 1985, p. 83
- NOVO GÜISÁN, José Miguel, *Los Pueblos Vasco-Cantábricos y Galaicos en la Antigüedad Tardía – Siglos III-IX*, Alcalá de Henares, 1992
- PAÇO, Afonso; e QUESADO, A. do Paço, "Digressões Arqueológicas pelo Alto Minho", *Arquivo do Alto Minho*, 6 (1), Viana do Castelo, 1956, p. 80-90
- REAL, Manuel Luís; FERNANDES, Isabel Maria; TAVARES, Rui; e SÁ, Pedro, "As Covas Eremíticas de Sabariz (Vila Fria - Viana do Castelo)", *Mínia*, 6, Braga, 1982, p. 3-30
- REAL, Manuel, "Os Moçárabes do Gharb Português", *Portugal Islâmico: Os Últimos Dias do Mediterrâneo*, Lisboa, 1998, p. 35-56

- REAL. Manuel Luís, "O Românico Português na Perspectiva das Relações Internacionais", *A Arte Românica em Portugal e Galiza*, Corunha/ Lisboa, 2001, p. 31-55
- SAMPAIO, Alberto, "As Villas do Norte de Portugal", *Portvgalia*, Porto,Tomo I, Fasc. I-IV, 1899-1903
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, C., *Despoblación y Repoblación en el Valle del Duero*, Buenos Aires, 1966
- SÃO PAYO, D. António Conde de, "Dois Documentos Anteriores à Nacionalidade. Os Coutos de Paradela e Mazarefes", *O Archeólogo Português*, XXVII, 1929, p. 135-155
- SOARES, Torquato de Sousa, *Reflexões Sobre a Origem e Formação de Portugal*, Coimbra, 1962
- VIANA, Abel, "Alguns Instrumentos de Pedra Pulida", *Arquivo do Alto Minho*, 5 (1), Viana do Castelo, 1955, p. 12-19